

LUTA CAMPONESA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE ANGICAL – PARANÁ/TO

Silvaldo Quirino Tavares¹
Marciléia Oliveira Bispo²

Resumo

A luta camponesa tem sido um elemento fundamental para a existência da classe diante das contradições sociais provocadas pelo sistema econômico e produtivo vigente. Neste processo, a resistência tem sido a melhor alternativa, sobretudo no que diz respeito ao acesso a terra. Diante desta realidade, o objetivo deste artigo é analisar trajetória de luta, resistência e formação territorial, da Comunidade Angical em Paranã-TO. Este trabalho surge das discussões de um projeto de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A base teórica da pesquisa é composta das discussões presentes na literatura em torno da questão agrária no Brasil, tendo como foco aspectos territoriais, espaciais e ambientais. A metodologia constitui revisão bibliográfica, entrevista, aplicação de formulários e observação de campo. No estágio atual a pesquisa mostra que a formação da Comunidade Angical ocorre por iniciativa da luta camponesa, por meio da ocupação da terra e da resistência às adversidades.

Palavras-chave: Luta camponesa; resistência; formação territorial.

Introdução

Pensar a trajetória do modo de vida camponês no Brasil requer uma volta aos aspectos histórico da classe, sem perder de vista a essência das práticas socioespaciais e territoriais exercidas no âmbito da luta pela condição de reprodução social. De acordo com Oliveira (2007) não se trata de uma luta pautada apenas numa escolha de vida, mas também na busca de uma sociedade melhor onde justiça, cidadania e dignidade possam estar presentes. Desse modo, a trajetória do campesinato no Brasil está ligada aos mais diversos interesses sociais inerentes às questões culturais, ambientais, políticas e econômicas, dentre outras.

Nestes aspectos, vale ressaltar que a existência camponesa não é recente e está presente em diferentes momentos históricos. Os camponeses, ao produzirem na terra, estabelecem um conjunto de relações sociais que apresentam características próprias. Neste sentido, a formação socioespacial e territorial envolve uma série de relações que ocorrem ao

¹ Graduado e mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins- Campus de Porto Nacional
Email: silvaldo@mail.uft.edu.br

² Prof. Doutora da Graduação e Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Tocantins- Campus de Porto Nacional. Email: marcileia@uft.edu.br

longo do tempo. Algumas delas permanecem no espaço, sendo elemento da identidade local, enquanto outras seguem numa dinâmica de alterações constantes.

De acordo com Santos (1982) o referido processo engloba práticas sociais ligadas ao modo de produção. Ele explica que as ações humanas em diferentes escalas produzem, em um tempo histórico, as formas e processos espaciais. Partindo destes pressupostos, propõe-se a pesquisa na Comunidade Angical, em Paranã-TO, com um grupo de camponeses que ali residem.

Paraná é uma cidade histórica do Tocantins situada na região sudeste do estado. Com latitude 12° 36' 55'' S e longitude 47° 52' 59'' W, a 360 km da capital. De acordo com o IBGE (2010), Paranã foi elevada a categoria de cidade em 05 de outubro de 1857. É o segundo município em área territorial tendo 11.260.216 km². Tem uma população de 10.338 habitantes, com densidade demográfica de 0,92 hab/km², sendo 54,3% residentes da zona rural. Já a Comunidade Angical é situada na parte centro-leste do município na latitude 12° 32' 15' S e longitude 47° 35' 05'' W. Nela manifesta as principais características da organização do espaço agrário no município de Paranã.

A Comunidade Angical engloba um número de 32 famílias, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde (2016), as quais produzem sob a lógica da agricultura camponesa. Neste modo produtivo “[...] uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada” (OLIVEIRA, 2007 p. 40).

O modo de vida da Comunidade Angical passa por diversas transformações, sobretudo nas duas últimas décadas. Surgem diversas limitações de ordem ambientais e sociais. Além disso, surgem novas relações, movidas por influências externas, que exigem mudanças na forma da reprodução social. Isso ocorre para manter as práticas produtivas tradicionais ou incorporar elementos que garantam a resistência às forças internas e externas que dificultam a permanência.

As contradições, e os conflitos de diferentes naturezas, ainda que pouco visíveis, estão presentes nas práticas locais e na dinâmica da relação com a cidade e em outras escalas. Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar trajetória de luta, resistência e formação territorial, da Comunidade Angical em Paranã-TO. Entretanto, trata-se de uma análise em construção, por ser sustentada em uma pesquisa ainda em andamento.

Para discutir tal questão, o procedimento inicial consiste na revisão bibliográfica através de diversas fontes textuais da literatura inerente ao tema. O segundo momento abrange o trabalho de campo do grupo social estudado. Este procedimento “[...] consiste em levar para a prática empírica a construção teórica anteriormente elaborada na primeira etapa” (MINAYO, 2009, p.26). Ocorre com a realização de entrevistas semiestruturadas, com uso de gravador, com os moradores mais antigos (seis entrevistados) e com alguns representantes do poder público. Faz parte da metodologia, também, a aplicação formulários com os membros da comunidade em estudo (19 formulários aplicados). Conforme Gerhardt e Silveira (2009) trata-se de um instrumento de pesquisa que possibilita a coleta de dados a serem quantificados.

Fazendo uso da discussão teórica de parte da exploração de campo já realizada no projeto de mestrado, ocorre a reflexão relacionada ao campo teórico da pesquisa, operacionalizando alguns dos principais conceitos seguidos. As questões levantadas são discutidas tendo como eixo norteador os subtítulos: *Luta e resistência camponesa* e *Processo de formação territorial da Comunidade Angical*. Em seguida, constam as considerações sobre todas as análises e reflexões realizadas.

Luta e resistência camponesa

O modo de vida camponês é caracterizado tanto pela história de luta pela a terra como pelas especificidades de suas práticas produtivas e culturais. Entretanto, a ligação com a terra está na base da reprodução social. Esse necessário vínculo, como resalta Oliveira (2007), tem sido motivo de muitos embates frentes a expropriação causada pelo capitalismo. Em razão disso, o processo migratório tornou-se alternativo para aqueles que buscam o acesso a uma área de terra para produzir.

De acordo com Martins (2004) o movimento camponês no Brasil já passou por momentos de grande expressão e momentos de repressão pelos interesses dominantes. Durante a ditadura militar, por exemplo, as ações dos trabalhadores sem terra ficaram limitadas. Somente após esse período houve abertura para o “amplo território da liberdade, da democracia e da sociedade como agente do querer histórico”. Os movimentos começam ganhar força para suas reivindicações.

Neste processo, o direito de acesso à terra por meio de políticas públicas de desconcentração fundiária tem sido objetivo dos trabalhadores rurais. Entretanto, de acordo com Martins (2004), a reforma agrária tem sido uma discussão repleta de equívocos interpretativos, sendo alvo de muitas opiniões irrefletidas. Segundo ele, esses conflitos de ideias são impasses para os avanços no processo necessário para a resolução dos problemas sociais ligados a questão fundiária.

É importante resaltar que muito antes da Ditadura Militar os conflitos pela terra já eram intensos no Brasil. Conforme Guimarães (1988), no caso da antiga Região Centro Norte de Goiás, onde hoje compreende parte das Regiões Sul e Sudeste do Tocantins, os conflitos ganharam força nos anos 50 e 60. Segundo ela, em algumas cidades como Trombas, Formoso, Gurupi e Natividade a situação foi mais tensa. Já em outras que estão na mesma região, como Paranã, os conflitos foram menos expressivos.

Neste espaço de luta, perdurado por um longo tempo, as práticas camponesas se consolidam e produzem novos arranjos. Isso ocorre por meio da consolidação do modo vida intrínseco à classe em lugares onde formam territórios por meio da conquista e resistência. Estes espaços adquirem especificidades conforme o modo de produção camponês, o qual, de acordo com Oliveira (2007), está baseado em relações não capitalistas.

No entendimento de Moraes (1999), toda produção engloba um série de relações envolvendo diferentes atores em diferentes escalas. São as relações sociais de produção, as quais variam de complexidade conforme o nível das forças produtivas. No modo de produção de subsistência, por exemplo, ocorrem relações mais simples e com menos recursos tecnológicos e, portanto, menos possibilidades.

Neste contexto, nas práticas produtivas ainda existem algumas adversidades ambientais, como o caso das variações climáticas e escassez hídrica. Segundo Ayoade (1986), o fator climático é uma variável muito importante para as práticas produtivas humanas, tendo influências, sobretudo, nas atividades agrícolas. O autor aponta como elementos climáticos importantes a radiação, o vento, a temperatura e a umidade. A água é vista com de maior importância, no que se refere à agricultura.

Diante de uma realidade afetada pela seca, a agricultura camponesa, que depende diretamente de condições climáticas favoráveis, enfrenta problema para se manter. Há casos em que se mantém pelo fato do camponês ser “[...] um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar” (OLIVEIRA,

2007, p.11). Diante da luta pela terra, muitas vezes, as áreas que tem acesso são ecologicamente desfavoráveis para o modelo de produção que desenvolve. Mesmo assim, há um esforço para nela produzir.

A agricultura camponesa tem em sua constituição um forte expoente de resistência ao longo dos anos. As investidas do capital e a manipulação dos agentes construtores das políticas públicas para o campo impediram o avanço da conquista e da redenção desse setor da classe trabalhadora. As demandas e os embates tornaram-se permanentes no que se refere à criação de um programa de política agrária que favoreça esse segmento da sociedade. (LIMA, 2011, p.80).

Em razão disso, a disponibilidade de recursos acaba sendo insipientes, conforme as adversidades enfrentadas na produção. É neste âmbito que mesmo para os assentados a luta permanece, em confronto com o modo capitalista de produção. É preciso “[...] resistir na terra e lutar por outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa” (Girardi, 2009, p. 19).

Entretanto, é importante lembrar que realidade camponesa não se explica apenas pela agricultura que desenvolve, mas também por outros fatores que a define. Felício (2006) defende, no ponto de vista da questão agrária, que os movimentos camponeses ocorrem frente a todas as formas de expropriações geradas pelo capitalismo. Isso ocorre porque o “[...] capital desenvolve de forma articulada e contraditória à produção camponesa” (OLIVEIRA, 2001, p. 185). Assim, a permanência socioprodutiva exige elementos que vão além do êxito nas práticas produtivas agrícolas.

Dessa forma, entende-se que a convivência com determinada realidade cria uma base mais sólida no enfrentamento dos problemas existentes. Nesse processo, a “[...] territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como simples *qualidade de ser território* é muitas vezes concebida em um sentido estrito com a dimensão simbólica de um território” (HAESBAERT, 2012, p.73). Trata se de elementos que podem sustentar as práticas sociais mesmo diante de adversidades.

Dourado (2012) explica que ocorre a formação de uma consciência espacial a partir dos laços de solidariedade, os quais são fruto da construção humana em um processo histórico. Defende que tais práticas se desenvolvem territorialmente e por meio das representações espaciais. Nesta lógica, entende-se que o vínculo de determinado grupo com o território se constrói através das práticas cotidianas.

Nesta reflexão é preciso considerar que tais práticas não ocorrem, necessariamente, isoladas em determinados espaços. A interação entre os diferentes lugares se intensifica a cada momento. “[...] Verifica-se, assim, que as relações de complementaridade entre campo e cidade se intensificaram, mas cada parcela do espaço geográfico mantém suas particularidades” (HESPANHOL, 2013, p.110). Neste sentido:

[...] as diferenças entre o urbano e o rural estão na intensidade da territorialidade, sendo que o urbano apresenta relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, um vínculo local mais intenso (ANDRADE, 2014, p.181).

Ta diferença é possível devido a vida rural estar mais vinculada a natureza do ambiente. Faz parte de um espaço que aproxima mais da sustentação própria. Porém, de acordo com Hespanhol (2013) há interação entre estes espaços por meio das atividades que neles se desenvolvem. Campo/cidade e rural/urbano são pares, atualmente, imbricados, pois neles “[...] existem relações econômicas, socioespaciais, populacionais, culturais e ambientais que estão em constante interdependência” (ALVES, 2012, p.16).

De acordo com Alentejano (2014) no século atual há uma mudança de significado do meio rural em relação ao urbano. O campo passa a ser visto como possibilidade de qualidade de vida quando dispõe de recursos e infraestruturas suficientes. Com isso, a vida rural começa superar a visão pejorativa de inferioridade em comparação à vida na cidade, que também apresenta dificuldades específicas.

Neste contexto, a relação campo/cidade é uma questão que está presente nas práticas sociais dos camponeses. Os dois espaços se complementam, de tal modo que “[...] as atividades produtivas agrícolas tradicionais já não são mais suficientes para explicar, por si sós, a dinâmica da renda, a das ocupações das famílias rurais” (LINDNER, 2009, p. 05). Assim, os meios de vida de determinadas comunidades tendem a necessitar, cada vez mais, de complementos externos.

As práticas sociais variam no tempo e no espaço conforme características específicas da comunidade. No caso do grupo em estudo há especificidades tanto no que refere à forma de acesso a terra e o processo percorrido para tal, como nos elementos de resistência aos conflitos e adversidades. Deste modo, o processo de formação territorial da Comunidade Angical começa ser interpretado a partir da pesquisa de campo em andamento na localidade.

Processo de formação territorial da Comunidade Angical, Paranã-TO

A ocupação de terras consideradas devolutas e improdutivas quando ocorre por trabalhadores rurais que se fixam para produzir socialmente e economicamente estabelece relações duradouras, mesmo enfrentado adversidades. Por meio da resistência às forças contraditórias conseguem produzir novos espaços e novos territórios, consolidando por meio de processos históricos e atuais as bases materiais e simbólicas. Junto à formação territorial surgem, também, elementos a partir das relações sociais do grupo que o caracteriza como comunidade.

A consciência socioespacial de pertencimento diz respeito ao sentido de pertença, dos laços de solidariedade, ao sentido de pertencer e de se reconhecer como ator/sujeito ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Esse sentimento não é algo natural, mas é uma construção humana/social e, portanto histórica, que se desenvolve a partir das práticas que são estabelecidas no território e das representações espaciais. As identidades territoriais podem ser construídas tendo como referência a funcionalidade do espaço pelo poder econômico e político, ou mesmo a partir de uma apropriação simbólica. (DOURADO, 2012 p. 06).

Este processo de construção social é identificado na Comunidade Angical em Paranã-TO. Com base nas informações, ainda em análise, coletadas durante trabalho de campo, o surgimento do grupo social ocorre ainda no início do século XX e vai se ampliando em números de famílias ao longo do tempo sem haver ruptura nas relações sociais existentes. Neste processo, a forma de acesso à terra ocorre na condição de posseiros, sobre a qual emergem laços com o lugar de reprodução social mesmo diante das influências globais contraditórias.

Nisso o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (SANTOS 2000, p. 56)

Neste contexto, as experiências locais, por não ser isoladas, condicionam o entendimento sobre o risco da aproximação com as ideais externas de cunho globalizador. Em conversas com a comunidade, durante trabalho de campo, foi possível perceber que maioria dos camponeses da comunidade tenta evitar a venda de qualquer área de terra, precavendo problemas de conflitos com proprietários novos que podem ter intencionalidades diversas. Entendem que os interesses de quem faz parte historicamente da

Counidade Angical é de manter o modo de vida existente, enquanto aqueles que tentam entrar podem ter interesses contrários.

Em decorrência deste fato, alguns camponeses resistem em fornecer informação sobre a Comunidade, pois temem ser vítimas de qualquer tipo de ciladas ligadas à questão da terra. Entretanto diálogo entre as família é bastante intenso. Quase todas as famílias visitadas sabiam detalhes dos principais problemas e conflitos dentro da comunidade. Este fato mostra que a comunicação interna é bastante ativa.

Neste mesmo sentido foi possível perceber o vínculo comunitário, pois durante as conversas e entrevistas com determinadas famílias ficou claro também a existência de preocupação com o bem estar das demais. “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma objetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (Andrade 2004, p. 20). Neste aspecto, as entrevistas de campo, em análise, apontam que existe uma significativa relação de solidariedade na convivência entre as pessoas. Ficou evidente que há direto ou indiretamente participação de diferentes famílias no enfrentamento de determinadas problemas na comunidade.

Dentro das relações existentes, a questão da propriedade particular prevalece, não havendo nenhuma perspectiva de formação de propriedade coletiva da terra. Até no final do século XX, ainda que tivesse a divisão pré-definida das áreas pertencentes a cada família, o uso da terra para criação de gado era coletivo, pois quase não havia cercas construídas. Este quadro muda significativamente nos últimos 20 anos, de modo que atualmente ocorre aluguel de pequenas áreas de pastos formadas dentro da Comunidade Angical. Entretanto, a formação territorial continua se consolidando, mesmo que em arranjos diferentes. De acordo com Raffestin (1993) os elementos constituintes de um território podem estar presentes em todos os tipos de ocupação e apropriação do espaço, sendo nas modalidades particular ou coletiva. Dessa forma, as relações sociais não são, necessariamente, rompidas com divisão da terra.

Por meio de diálogo e de observação ao percorrer a área foi possível identificar que no momento a Comunidade Angical se encontra em uma fase conclusiva da divisão definitiva e cercamento das áreas de cada família. Em razão disso, também é um momento em que está apresentando maiores números de conflitos internos causados pela dificuldade de consenso na identificação e demarcação da terra de cada posseiro.

Diante destas adversidades, dentre outras não debatidas aqui, os camponeses da Comunidade Angical se territorializam organizando-se segundo o modo de vida da classe. Considerando as especificidades da realidade em estudo, a questão territorial deve ser vista dando atenção às práticas atuais e experiências históricas do grupo social. “Territorialização também pode ser vista, ainda hoje, para alguns grupos como agricultores pobres ou nações indígenas expropriadas, como a busca de terra agricultável ou que disponha de recursos mínimos requeridos à sobrevivência do grupo” (HAESBAERT 2012 p.247). Dessa forma, é possível entender que a ocupação de terra improdutiva e a resistência por longo período possibilita a formação territorial do grupo social que a ocupa, mesmo não sendo um processo comum em todos os casos de luta pela terra.

Considerações

De acordo com os estudos já realizados na elaboração do projeto e na fase intermediária da pesquisa de campo, é possível perceber que o processo de formação, e a permanência da Comunidade Angical envolvem questões específicas de luta e resistência. Sendo uma comunidade surgida no início do século XX, tem resistido todas as forças antagônicas e ainda se reproduz no sentido de crescimento do número de famílias instaladas. Há diversos elementos de resistência que serão identificados, na íntegra, até a fase final da pesquisa e elaboração da dissertação de mestrado.

O grupo social em questão lida com diversos problemas de ordem ambiental e social que afetam a lógica de produção social na qual está inserido. Entretanto, somente a partir da segunda década século XXI algumas políticas públicas começam ser direcionadas à questão. A título de exemplo, tem-se o problema das estiagens prolongadas e, conseqüente, a falta de água para todos os tipos de uso. É uma situação que atualmente têm um relativo apoio de políticas públicas, mas tendo muitos a ser discutido a respeito da eficácia com que isto tem ocorrido. Além disso, os problemas relacionado à propriedade da terra ainda é uma situação complexa, sobretudo no caso dos posseiros.

Portanto, na fase atual da pesquisa é possível entender que a formação da Comunidade Angical ocorre por iniciativa da luta camponesa, tendo como ponto de partida a ocupação da terra e a resistência às adversidades sociais e ambientais enfrentadas. Tal processo envolve a convivência constante com conflitos agrários e outros problemas comuns no campo brasileiro.

Entretanto há elementos do modo de vida consolidado na comunidade que fortalece a territorialidade e posicionamento dos camponeses, os quais devem ser analisados com mais detalhes até conclusão da pesquisa andamento.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/>>. Acesso em: 22 de julho de 2016.

ALVES Flamarion Dutra. **A relação campo-cidade na Geografia Brasileira**: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 16, n. 3, set./ dez. 2012.

ANDRADE, Artur Leonardo; ALVES, Flamarion Dutra. **As representações socioespaciais da relação Campo-cidade, rural-urbano na geografia agrária brasileira**: análise do período entre 1998 e 2012. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 9, nº. 17, p. 166-193, abr. 2014.

AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

DOURADO, Auceia Matos. **Entre tradições e traduções**: identidade territorial nos assentamentos. de reforma agrária. 2012. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo9.pdf>>. Acesso em: julho de 2016.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Os camponeses, os agricultores familiares**: paradigmas em questão. *Geografia - Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências*. v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira**: uma análise dos problemas agrários através do mapa. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo>>. Acesso em: julho de 2016.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Goiania: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico (2010)**. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=171620&idtema=90>>. Acesso em: 30 de março de 2016.

LIMA, Cícero Erivaldo de. **Agricultura camponesa, PRONAF, e iniciativas agroecológicas no município do Crato-CE**. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Ceará, Centro de ciências, Departamento de Geografia, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7682/1/2011_dis_celima.pdf>. Acesso em: Julho de 2016.

LINDNER, Michele (et. Al). **Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS**. XIX encontro nacional de geografia agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível dialogo**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Estudos Avançados v.15, n.43 São Paulo: Set./Dez. 2001.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1 ed. São Paulo: Labur Edições , 2007.

PARANÁ- TO. SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Cadastro domiciliar**, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: formação espacial como teoria e como método**. 1982. Disponível em: <<http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2013/05>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.